

ELETRÔNICOS

Direito Internacional sem Fronteiras

AGÊNCIA E POLITIZAÇÃO:

Experiências do Coletivo de Mulheres Migrantes - Cio da Terra

AGENCY AND POLITICIZATION:

Experiences of the Migrant Women's Collective - Cio da Terra

Bárbara Mano de Faria 

Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte, Minas Gerais.

Paula Dias Dornelas 

Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte, Minas Gerais.

RESUMO: Neste trabalho, voltamos nosso olhar para as ações conduzidas pelo Coletivo de Mulheres Migrantes - Cio da Terra, atuante sobretudo na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Trata-se de um relato de experiências que busca focalizar as propostas e as atividades realizadas por duas áreas do coletivo, a Formação Sociopolítica e o Curso de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) para Mulheres Migrantes, com o intuito de demonstrar de que maneiras essas atividades coletivas são permeadas por processos de politização, evidenciando a agência política e a importância da construção de vínculos entre mulheres. Para tanto, após situarmos o contexto sócio-histórico, ao tratarmos da mobilidade de mulheres em sentido mais amplo, e sociopolítico, ao apresentarmos o coletivo em suas esferas de atuação, compartilharemos, em duas seções, as experiências no âmbito de cada área a ser apresentada. Sem perder de vista as interseções entre elas e também com as demais frentes de ação do Cio da Terra, contemplaremos as iniciativas que buscam promover a politização das mulheres migrantes no interior do coletivo, a exemplo do projeto pedagógico do Curso de PLAc para Mulheres, e para além de suas fronteiras, a exemplo da participação em eventos e espaços públicos por integrantes da área de Formação Sociopolítica, assegurando a representatividade das mulheres migrantes, a promoção de seus direitos e a ocupação de diferentes espaços.

Palavras-chave: Mulheres migrantes. Coletivos. Formação Sociopolítica. Português como Língua de Acolhimento.

ABSTRACT: In this work, we shed light on the actions carried out by the Migrant Women's Collective - Cio da Terra, active mainly in the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH - MG, Brazil). This is an experience report that seeks to focus on the proposals and activities

carried out by two areas of the collective: Sociopolitical Formation and the Course of Portuguese as a Host Language (PLAc) for Migrant Women. The aim is to demonstrate in what ways these collective activities are permeated by processes of politicization, evidencing the political agency and the importance of building bonds between women. In order to do so, after situating the socio-historical context, when dealing with women's mobility in a broader sense, and sociopolitical, when presenting the collective in its spheres of action, we will share, in two sections, the experiences in the scope of each area presented. Without losing sight of the intersections between them and the other fronts of action of Cio da Terra, we will contemplate the initiatives that seek to promote the politicization of migrant women within the collective, such as the pedagogical project of the PLAc Course for Women, and beyond its borders, such as the participation in events and public spaces by members of the Socio-Political Training area, ensuring the representativeness of migrant women, the promotion of their rights and the occupation of different spaces.

Keywords: Migrant women. Collectives. Sociopolitical Formation. Portuguese as a Welcoming Language.

1 INTRODUÇÃO

A atuação das mulheres migrantes é central em todos os processos que envolvem os deslocamentos, assumindo protagonismo em diversos contextos sociais. Nos locais de destino, apesar de muitas experiências serem marcadas por violências e desigualdades sociais, além de quadros de racismo, xenofobia e outras formas de discriminação, essas mulheres têm demonstrado como elas, individual e coletivamente, desafiam hierarquias, questionam estereótipos de gênero e rompem com representações que as classificam como “outras”, ora vistas como indesejáveis, ora tidas como vítimas (EREL, 2009).

Nesse sentido, este relato de experiência parte da atuação do Coletivo de Mulheres Migrantes - Cio da Terra¹, do qual fazemos parte, para refletir sobre a agência política, a construção de vínculos entre mulheres e os processos de politização, uma vez que depende, a nosso ver, “não apenas de seu fortalecimento político ou da existência de legislações a elas [elas] favoráveis, mas também da educação do seu entorno para garantir esse respeito” (MAHER, 2007, p. 255). Para tanto, apresentaremos o Cio da Terra, enfocando as ações que o coletivo desenvolve em duas áreas, especificamente, na de Formação Sociopolítica e no Curso de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), oferecido, pela organização, para mulheres migrantes.

O Coletivo de Mulheres Migrantes - Cio da Terra, fundado em abril de 2017, é fruto de um projeto que reúne mulheres de distintas nacionalidades, histórias, línguas e culturas, sendo referência para mulheres migrantes, refugiadas e apátridas. É uma organização civil², atuante na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH - MG), que agrega, acolhe, orienta e fortalece a cada uma e a todas juntas, buscando a promoção da justiça e da transformação

¹ Cf. @ciodaterramigrantes (Facebook e Instagram).

² O Cio da Terra é um coletivo que, até o momento, não está formalizado, portanto não se classifica enquanto ONG, associação, cooperativa, entre outros. O coletivo atua de forma independente, totalmente voluntária e sem fins lucrativos, não estando vinculado a nenhuma outra instituição.

social. Por meio de princípios como o da sororidade, o coletivo luta para fortalecer o senso crítico, a autonomia e a autoestima das mulheres, visando à garantia de seus direitos.

Nessa perspectiva, as atividades promovidas pelo Cio da Terra destacam-se pelo compromisso com a promoção da equidade de gêneros e do acesso a direitos sociais no Brasil; o fortalecimento do trabalho autônomo e o auxílio na inserção laboral; a contribuição para a construção de políticas públicas voltadas para mulheres imigrantes, refugiadas e apátridas; e a valorização das diferentes culturas e das trocas interculturais. Para tanto, o coletivo atua a partir das seguintes frentes de ação: visitas domiciliares, atendimento e acompanhamento social bilíngue, ações sociais em defesa dos direitos de migrantes, atividades para geração de renda e emprego, promoção da saúde integral, atividades culturais, formação sociopolítica, suporte jurídico, comunicação, recursos humanos e ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc). Atualmente, cerca de 20 mulheres, de diferentes origens nacionais, compõem o núcleo gestor do coletivo. Além desse núcleo, que atua voluntariamente, outras mulheres integram o grupo, por meio da participação nas diferentes áreas apresentadas acima, totalizando uma média de dez voluntárias na frente de Formação Sociopolítica e de quarenta voluntárias ativas no Curso de PLAc.

2 POR DENTRO DO CIO DA TERRA: A ÁREA DE FORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

Partindo do entendimento comum de que a migração é um direito humano e de que nenhuma pessoa deve ser considerada ilegal por se deslocar entre diferentes territórios, a área de Formação Sociopolítica visa promover ações que envolvem a luta pela garantia e pelo acesso a direitos das pessoas migrantes, particularmente das mulheres. Essas atividades, desenvolvidas por mulheres migrantes e brasileiras, envolvem a organização e a execução de oficinas, rodas de conversa, lives e outros eventos, em que temas relacionados à migração, gênero e direitos humanos possam ser debatidos. A proposta é que o Cio da Terra, enquanto coletivo, e que nós, enquanto mulheres, possamos nos fortalecer politicamente, buscando a ocupação de espaços que, muitas vezes, são privados ou negados a nós, em maior ou menor medida, considerando barreiras como a violência de gênero, a xenofobia, o racismo e a LGBTfobia, entre outras.

Diante desse contexto, as ações desenvolvidas no âmbito da frente de Formação Sociopolítica envolvem, entre outras iniciativas, (i) o planejamento, a execução e o apoio à realização de conferências de políticas públicas - como as pré-conferências realizadas pelo Cio da Terra, em 2021, para a elaboração do I Plano Estadual de Políticas para Migrantes, Refugiados, Apátridas e Retornados de Minas Gerais; (ii) a incidência política junto ao Poder Público e a outros atores estatais, a exemplo da participação do coletivo em reuniões promovidas na Câmara Municipal de Belo Horizonte, o constante diálogo com mandatos parlamentares e a atuação em processos como o de formação do Conselho Municipal de Migrantes da cidade de Contagem; (iii) o estabelecimento de parcerias com organismos e agências internacionais, instituições de ensino e outros atores da sociedade civil para a realização de projetos voltados para a temática da migração e dos direitos das mulheres; (iv) a participação em atos, marchas e manifestações populares, como os atos de oito de março (8M), realizados mundialmente no âmbito do Dia Internacional da Mulher³.

³ É importante destacar que tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a atual Lei de Migração (Lei n. 13.445/17) garantem às pessoas migrantes, independentemente do status migratório, a igualdade de direitos, a livre

Dentre as atividades realizadas pela área de Formação Sociopolítica do Cio da Terra, destacamos, ainda, a construção de redes e o fortalecimento do diálogo com outros coletivos e grupos de migrantes, a exemplo da atuação na campanha pela “Regularização Já”⁴, iniciada durante a pandemia de Covid-19 por diversos coletivos e organizações do Brasil e do exterior que atuam com o tema da migração. Exigindo a regularização imediata, permanente e incondicional para migrantes, a campanha *#RegularizaçãoJá* no Brasil foi inspirada em mobilizações ocorridas na Europa, em 2020, que exigiam que governos de países como Espanha e Portugal concedessem autorização de residência às pessoas migrantes que se encontravam em situação documental irregular. Como apontam Villalón, Moya e Bejarano (2021), essa iniciativa, que reuniu mais de 20 organizações do Brasil, da Bolívia, do Peru, do Chile e da Argentina, é um exemplo de luta migrante (VARELA HUERTA, 2015), tendo em vista que “pessoas invisibilizadas pelo Estado, pessoas para as quais é negada a dimensão política ou, inclusive, pessoas que são mantidas em situação de irregularidade se mobilizam para alcançar esse reconhecimento” (VILLALÓN; MOYA; BEJARANO, 2021, p. 70, tradução nossa).

Diante das desigualdades, violências e inúmeros desafios que se apresentam no cotidiano da população migrante, a atuação das mulheres migrantes no coletivo e, especialmente, na área de Formação Sociopolítica desponta, nesse sentido, como uma forma de questionamento de lógicas excludentes, de busca pelo reconhecimento como cidadãs e sujeitas de direito, e como uma maneira de exigir, coletivamente, a garantia de seus direitos de permanecer e pertencer (VARELA HUERTA, 2015).

É importante destacar ainda que, apesar de a atuação do Cio da Terra ser dividida por áreas, para fins de melhor organização das ações, todas elas estão interrelacionadas e em constante diálogo, tendo em vista que as demandas e atividades envolvem normalmente mais de uma frente de atuação. Entendemos e, portanto, buscamos que o trabalho do coletivo seja desenvolvido de forma horizontal e transversal, envolvendo as diversas áreas e todas as mulheres que integram o grupo, considerando, também, suas diferenças e particularidades.

À guisa de exemplo, podemos citar o projeto “Arte e Sororidade sem Fronteiras”, desenvolvido pelo Cio da Terra com recursos do Fundo Municipal de Cultura de Belo Horizonte, no ano de 2021. O projeto teve o objetivo de realizar um mapeamento das mulheres migrantes artistas que vive(ram) em Belo Horizonte, desde a década de 1990 a 2021, alcançando migrantes de diferentes origens nacionais, como Argentina, Peru, Cuba, Colômbia, Itália, Venezuela, Haiti, Cabo Verde, República Democrática do Congo, Canadá, entre outras. A proposta foi disseminar seus fazeres e práticas artísticas, por meio da criação de peças como mapas afetivos, linhas do tempo coletivas, perfis e vídeo-cartas, que foram construídos coletivamente com as cerca de 50 mulheres que participaram da iniciativa.

A ideia principal, como é possível observar no site do projeto⁵, que reúne todos esses materiais, foi a de “promover a produção artística colaborativa entre as mulheres, denunciar e enfrentar preconceitos, difundir a arte das mulheres migrantes de BH e destacar a importância da convivência multicultural” (ARTE E SORORIDADE SEM FRONTEIRAS, 2021). Ainda no caso do projeto, muitas mulheres artistas que toparam participar da iniciativa, acabaram por

manifestação do pensamento, o direito de participação e reunião, bem como o “direito de associação, inclusive sindical” (BRASIL, 2017).

⁴ Dentre as ações da campanha, destaca-se a mobilização para a divulgação da hashtag *#RegularizaçãoJá* nas redes sociais, a criação de um Projeto de Lei (PL 2699/20) pela deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL), que propunha a instituição de medidas de emergência voltadas para a regularização de migrantes no contexto da pandemia, bem como a coleta de assinaturas para a aprovação desse PL em formato de urgência.

⁵ Cf. <https://arteesororidade.com.br/>.

desenvolver relações mais próximas com o coletivo, que perduraram para além do período de execução do projeto. Muitas migrantes, nesse sentido, somaram-se ao Cio da Terra após essa participação, o que culminou, inclusive, na criação de uma nova área no coletivo, a Cultural.

Destacamos, desse modo, como em suas atividades, na vivência cotidiana e no desenvolvimento de projetos coletivos, as manifestações artísticas e culturais de mulheres migrantes emergem como elementos fundamentais para o estabelecimento de relações e de formas de resistência diversas (DORNELAS, 2020). Como aponta Rosana Bacron (2021), ao analisar a atuação de coletivos de mulheres migrantes em São Paulo, a interculturalidade, nesse sentido, é um importante elemento da mobilização política de migrantes.

3 POR DENTRO DO CIO DA TERRA: O CURSO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO (PLAC) PARA MULHERES MIGRANTES

O Curso de PLAc para Mulheres Migrantes visa promover o ensino-aprendizagem da língua portuguesa segundo a perspectiva do letramento crítico, entendendo os usos sociais da língua e da linguagem como instrumentos de poder e de transformação social (MATTOS; VALÉRIO, 2010). Levando em consideração que as mulheres migrantes precisam agir linguisticamente, de forma autônoma, em um contexto que não lhes é familiar, reconhecemos que a língua de acolhimento⁶ representa “o elo de interação afetivo (bidirecional) como primeira forma de integração (na imersão linguística) para uma plena cidadania democrática” (GROSSO, 2010, p. 74), sendo também “um ativo do qual [...] pode[m] lançar mão para melhorar sua condição de vida e/ou diminuir sua vulnerabilidade, pois aumenta sua capacidade de resposta” (LOPEZ, 2018, p. 20).

Partindo desse entendimento, o PLAc para Mulheres Migrantes surgiu a partir de uma iniciativa social anterior à criação do próprio coletivo. Inicialmente voltada para o ensino individualizado e voluntário da língua portuguesa a mulheres vítimas de violência doméstica e/ou em situação de vulnerabilidade social, a fim de contribuir para sua reintegração social, essa iniciativa foi reestruturada, a partir de 2018, como uma área no âmbito do Cio da Terra, responsável por desenvolver um projeto de ensino de PLAc para turmas de mulheres migrantes. Após um ano de atividades presenciais, realizadas em dois módulos ao longo de 2019, o curso passou a ser oferecido unicamente na modalidade de ensino a distância – inicialmente, em decorrência da pandemia de Covid-19 em 2020 e, posteriormente, em função do significativo aumento da procura das aulas por mulheres migrantes residentes não apenas na RMBH, devido às redes de contato estabelecidas por integrantes das comunidades migrantes.

⁶ Originado no contexto do programa “Portugal Acolhe”, implementado pelo governo português em 2001, o conceito de língua de acolhimento diz respeito a uma proposta de ensino do português “não como língua veicular de outras disciplinas, mas por diferentes necessidades contextuais, ligadas muitas vezes à resolução de questões de sobrevivência urgentes” (GROSSO, 2010, p. 74). Reconhecendo a pertinência desse conceito para o contexto brasileiro, algumas autoras salientam, contudo, que o programa português era pautado por uma política de línguas que condicionava o acesso a direitos sociais ao aprendizado do idioma (ANUNCIAÇÃO, 2017; LOPEZ, 2018; BIZON; CARMARGO, 2018). Assim, transpondo seu uso para a designação das práticas de ensino-aprendizagem nesse âmbito no Brasil, é necessário ressaltar que elas devem contemplar uma perspectiva mais ampla de acolhimento em línguas (BIZON; CAMARGO, 2018), transcultural e translíngua (ANUNCIAÇÃO, 2017), em que o próprio acolhimento seja entendido como uma atitude que se constrói no diálogo possível entre diversas formas de agenciamento (BIZON; CAMARGO, 2018), que também se dão na relação entre diversas línguas e linguagens.

Desde então, o projeto vem rompendo fronteiras físicas, tendo atraído, nas inscrições realizadas ao longo de 2021 e de 2022, uma média de 250 mulheres migrantes por ano, residentes em todas as regiões do Brasil e em alguns países da América Latina⁷. Diante desse quadro, o curso passou a ser estruturado em 12 turmas, organizadas em três módulos trimestrais, correspondentes aos níveis Elementar (1 turma), Básico (5 turmas), Intermediário (4 turmas) e Intermediário Superior / Avançado (1 turma), além do Curso Preparatório para o Exame de Proficiência Celpe-Bras (1 turma). Paralelamente, para lidar com a crescente demanda, promovemos duas chamadas públicas para a recepção de novas voluntárias, uma no início do ano letivo de 2021 e outra no início de 2022. Organizadas em grupos de trabalho articulados entre si, a atuação dessas mulheres se dá conforme as seguintes atividades: aulas de português, monitorias, conversação e criação de conteúdo.

Uma vez engajado com o ensino-aprendizagem de mulheres migrantes e consciente de que as experiências migratórias de mulheres são atravessadas por especificidades ligadas ao gênero e a relações de poder, o projeto político-pedagógico do curso é um projeto em constante (co)construção, orientado pela transversalidade do tema “ser mulher migrante” e pelo compartilhamento de trajetórias, vivências e necessidades cotidianas apresentadas pelas mulheres migrantes que participam das aulas. Dentre os seus objetivos, destacamos a politização (MAHER, 2007) de mulheres migrantes, por meio da abordagem de direitos e deveres das mulheres e da população migrante no Brasil, bem como do acesso aos diversos serviços públicos, sem perder de vista sua problematização e a educação do entorno, por meio da viabilização de espaços de escuta (LEROY, 2021) e de representatividade, como elemento fundamental para a garantia do lugar de fala (RIBEIRO, 2019) dessas mulheres.

No que diz respeito à abordagem desses aspectos no currículo do curso de português, elaboramos coletivamente, para cada nível, um plano de conteúdos anual, orientado por eixos temáticos transversais que contemplam diversas esferas, como maternidade, cuidado, saúde da mulher, empregabilidade e capacitações. Além de promover práticas de letramento, em que a língua e a linguagem são operacionalizadas como instrumentos para (inter)agir nessas diversas esferas, o intuito desse plano curricular é fazer refletir, com base em dados e materiais diversos e nas narrativas das próprias alunas, como questões de gênero e diferentes relações de poder condicionam o acesso democrático a direitos e serviços. Nesse sentido, o contexto de ensino-aprendizagem exclusivo para mulheres constitui um importante espaço de socialização e de escuta, no qual elas se sentem mais livres para compartilhar suas experiências, compondo redes de apoio e de afeto para além do ambiente de aula.

Cabe ressaltar que, no contexto emergencial da pandemia de Covid-19, foi necessário criar estratégias não só para prover recursos tecnológicos para assegurar o acesso democrático aos meios de formação e difusão de conhecimentos entre educandas (e educadoras), mas também para promover o letramento digital das delas. Para tanto, além de campanhas de arrecadação de aparelhos e de “amadrinhamento” de dados de internet para as alunas, mobilizamos e produzimos materiais, como tutoriais de acesso aos recursos tecnológicos utilizados nas aulas síncronas e assíncronas, visto que, para muitas dessas alunas, os encontros semanais são o único ambiente de socialização para além do espaço familiar e doméstico.

Paralelamente, entendemos com Maher (2007, p. 267) que “todo projeto educativo voltado para o empoderamento de grupos minoritários no país tem que também contemplar a educação do entorno para a convivência respeitosa com as especificidades linguísticas e

⁷ Dados obtidos por meio dos formulários adotados nos processos de inscrição de cada módulo do Curso de PLAc para Mulheres, a saber, em março, junho e setembro de 2021 e de 2022.

culturais desses grupos”. Assim, um dos grandes pilares do nosso projeto pedagógico tem sido a formação continuada de voluntárias para a promoção do ensino-aprendizagem de português visando ao letramento crítico das migrantes, mas sem perder de vista a conscientização e o debate acerca das diversas agendas políticas e sociais voltadas para as migrações contemporâneas e as questões que atravessam as realidades das mulheres.

Dentre as iniciativas de formação continuada, destacam-se alguns projetos que, embora abertos à comunidade em geral, atenderam a demandas apresentadas por nós, a partir de parcerias traçadas com instituições de ensino superior. O Curso de Extensão “Ensino de Português como Língua de Acolhimento para grupos específicos”, oferecido pelo Programa de Extensão em Português como Língua Estrangeira do Centro Federal Tecnológico de Minas Gerais (CEFET-MG), ocorreu em fevereiro e março de 2022 e resultou em unidades didáticas a serem utilizadas no próprio curso de PLAc para Mulheres Migrantes, produzidas pelas professoras que participaram da formação e socializadas com as demais voluntárias do curso em encontros posteriores. Já o ciclo de oficinas “Violência de Gênero na intersecção de Mulheres Imigrantes e Refugiadas”, ofertadas pelo Eixo 4 do CRIM - Programa de Extensão sobre Crimes contra a Mulher, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre maio e agosto de 2022, abarcou conteúdos como a identificação de formas de violência, os meios de prevenção e acolhimento de vítimas, além da divulgação da rede de enfrentamento existente.

Paralelamente, esse esforço de politização da sociedade do entorno extrapola as fronteiras do coletivo, tendo em vista iniciativas que promovem o compartilhamento das agências e experiências voltadas para o acolhimento de migrantes, a exemplo dos encontros promovidos pelo Grupo de Estudos Migratórios: Acolhimento, Linguagens e Políticas (GEMALP), que resultou na publicação de um livro com relatos dessas experiências, inclusive do ensino de PLAc para mulheres migrantes em diferentes contextos (FARIA, 2022). Destacamos também a realização de trabalhos colaborativos existentes e/ou embrionários, como a produção do material didático Vidas e saberes: itinerários para aprendizagem do Português (FLISTER; FARIA; BALMANT, no prelo), que está em fase de experimentação e (re)avaliação, mas parte das demandas apresentadas, na prática, por migrantes contemplados/as por três projetos de ensino de português: o Curso de PLAc do Cio da Terra, o Projeto LER - Leitura e Escrita com Refugiados e Migrantes, do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas⁸, e o Projeto TECER, do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR)⁹.

Finalmente, e não menos importante, sinalizamos a participação de integrantes do curso do Cio da Terra, sobretudo de mulheres migrantes inscritas como alunas do projeto, em palestras, rodas de conversa e jornadas de formação no âmbito do PLAc. Considerando que “os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e de configuração do mundo por outros olhares e geografias” (RIBEIRO, 2019, s/p), essa participação mostra-se fundamental para viabilizar a criação de “espaços de escuta” (LEROY, 2021) em que essas mulheres compartilhem seus saberes, suas vivências e suas perspectivas em relação ao acolhimento promovido pela nossa sociedade.

⁸ Cf. <https://www.projetoLER.com/about-1>.

⁹ Cf. <https://sjmrbrasil.org/curso-portugues/>.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação crítica, politicamente situada e baseada em perspectivas feministas, antirracistas e antixenofóbicas guia, de modo transversal, toda a atuação do Coletivo de Mulheres Migrantes - Cio da Terra. Entendemos e ressaltamos que a migração é um direito humano, devendo ser garantida e assegurada para toda e qualquer pessoa, independentemente do território em que ela se situa. Orientadas por esses pressupostos, as ações do coletivo se dividem em áreas interrelacionadas, como a de Formação Sociopolítica e o Curso de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), apresentadas ao longo deste relato.

Ainda que não tenhamos descrito todas as frentes de atuação da organização, ressaltamos, com base no exposto, a relevância de coletivos de migrantes e pró-migrantes para a defesa e a efetivação de direitos humanos, para o fortalecimento da participação social e para a promoção de reflexões críticas em campos como os dos estudos migratórios, do ensino de idiomas e da política. Mais ainda, é fundamental que essas iniciativas adotem, como base, a agência e o protagonismo de migrantes.

No caso das mulheres, reunir-se em coletivo favorece a troca de experiências entre pessoas diferentemente localizadas socialmente, a construção e o fortalecimento de vínculos afetivos, o apoio mútuo em casos de violência e a construção, compartilhada, de outros mundos possíveis, pautados pelo respeito, pela justiça e pela sororidade.

REFERÊNCIAS

ANUNCIACÃO, Renata F. M. **Somos mais que isso: práticas de (re)existência de migrantes e refugiados frente à despossessão e ao não reconhecimento**. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

ARTE E SORORIDADE SEM FRONTEIRAS. Site do Projeto Arte e Sororidade sem Fronteiras. Disponível em: <https://arteesororidade.com.br/>. Acesso em 30. set.2022.

BIZON, Ana Cecília C.; CAMARGO, Helena R. E. Acolhimento e ensino da língua portuguesa à população oriunda de migração de crise no município de São Paulo: por uma política do atravessamento entre verticalidades e horizontalidades. BAENINGER, R. et al. (org). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

DORNELAS, Paula D. **"Tanto por ser mulher, quanto por ser estrangeira": lutas por reconhecimento e formas de resistência de mulheres migrantes no Brasil**. Dissertação [Mestrado em Ciência Política]. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2020.

EREL, Umut. **Migrant women transforming citizenship: Life-stories from Britain and Germany**. Routledge, 2016.

FARIA, Bárbara M. Português como Língua de Acolhimento a Mulheres Migrantes: desafios e reflexões. In: COSTA, E.; SILVA, F.C.; SÁ, E. M. (orgs.). **Migrações e suas subjetividades**. Belo Horizonte: Mosaico Produção Editorial, 2022.

FLISTER, Catarina V.; FARIA, Bárbara M.; COSTA, Eduarda B. E. **Vidas e saberes: itinerários para aprendizagem do Português**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros PUC Minas/Instituto Camões (no prelo).

GROSSO, Maria José R. Língua de acolhimento, língua de integração. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 9, n.2, p. 61-77, 2010.

LEROY, Henrique R. Decolonizar a sala de aula de PLA por meio de portfólios autorreflexivos: práxis em desconstrução. In: CAETANO, E. A. **Pós-memória e decolonialidade no ensino de línguas no Brasil**: as origens do status quo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

LOPEZ, Ana Paula A. A aprendizagem de português por imigrantes deslocados forçados no brasil: uma obrigação? **Revista X**, Curitiba, vol. 13, n. 1, p. 9-34, 2018.

MAHER, Terezinha. M. A Educação do Entorno para a Interculturalidade e o Plurilinguismo. In: Kleiman, C. (Org.). **Linguística Aplicada – suas faces e interfaces**. Campinas: Mercado de Letras, 2007, p. 255-270.

MATTOS, Andréa. M. A.; VALÉRIO, Kátia M. Letramento crítico e ensino comunicativo: lacunas e interseções. Belo Horizonte: **RBLA**, v.10, n.1, p.135-158, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

VARELA HUERTA, Amarela. “Luchas migrantes”: un nuevo campo de estudio para la sociología de los disensos. **Andamios**, v. 12, n. 28, p. 145-170, 2015.

VILLALÓN, Corina D.; MOYA, Jobana.; BEJARANO, Lida E.T.Colectivos de mujeres migrantes frente a la pandemia: El Equipo de Base Warmis y la campaña de Regularización Migratoria “Regularización Ya!. TRAVESSIA - **Revista Do Migrante**, v.2, n.91, p. 61-80, 2021.

DADOS DO PROCESSO EDITORIAL

Recebido em: 08 de outubro de 2022;

Controle de plágio: 08 de outubro de 2022;

Decisão editorial preliminar: 10 de outubro de 2022;

Retorno rodada de correções: 29 de outubro de 2022;

Decisão editorial final: 31 de outubro de 2022.

Editora: SÁ LEITÃO, A.I.B.L.

Correspondente: FARIA, B. M.